

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncia de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados de julgamentos referentes à sonegação fiscal pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento de Convocação

Solicita a convocação do Sr. Nelson Mello, ex-diretor de Relações Institucionais do Grupo Hypermarcas

Nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579 de 1952 e do art. 36, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita-se **a convocação do Sr. Nelson Mello**, ex-diretor de Relações Institucionais do Grupo Hypermarcas, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Em março de 2015, o Brasil foi surpreendido com a divulgação de informações relativas à Operação Zelotes, que investiga denúncia de manipulação de julgamentos no âmbito do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. As suspeitas são de que, por meio de intermediários, advogados e consultores, empresas pagavam propina para anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos devidos à União.

Esse esquema criminoso, desbaratado por meio da Operação Zelotes, teria atuado em cerca de 90 (noventa) processos, causando um prejuízo já apurado de aproximadamente R\$ 19 bilhões de reais, segundo notícias divulgadas na imprensa nacional.

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada pelo requerimento nº 17 de 2015 com o objetivo de investigar supostas fraudes envolvendo processos que tramitam no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Nelson Mello, ex-diretor de Relações Institucionais do Grupo Hypermarcas, afirmou em seu depoimento aos procuradores que pagou R\$ 30 milhões a dois lobistas com trânsito no Congresso para efetuar repasses de propinas milionárias, inclusive para senadores do PMDB, entre eles o presidente do Congresso, Renan Calheiros (AL), Romero Jucá (RR) e Eduardo Braga (AM).

Segundo o ex-diretor, Lúcio Bolonha Funaro e Milton Lyra seriam os responsáveis por distribuir o dinheiro para os senadores.

De acordo com o **Estado**, as informações repassadas por Mello referem-se à atuação de parlamentares na defesa de interesses da empresa no Congresso Nacional. Em acordo de delação premiada assinado com a Procuradoria-Geral da República, Nelson Mello também afirmou ter repassado propina de R\$ 3 milhões que tinha como destinatário final o presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ¹.

O objetivo seria alterar regra da Medida Provisória 627, de 2013. O colaborador relatou que acompanhava em 2014 a tramitação da MP 627, que tratava da tributação de lucros obtidos por multinacionais brasileiras no exterior. **A norma, segundo Mello, era de interesse da Hypermarcas, que vinha sofrendo autuações do Fisco e pretendia alterar um dos artigos.**

¹ <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,delator-afirma-ter-pago-r-3-mi-para-operador-de-cunha,10000060776>

A Operação Zelotes apura a suspeita de corrupção em alteração feita na mesma MP para favorecer montadoras de veículos com benefícios fiscais.

Importa ressaltar, ainda, que Nelson Mello trabalhou por mais de 20 anos no conglomerado Hypermarcas. O grupo, de acordo com as investigações em curso, apresentou 39 recursos àquele Conselho de Administração de Recursos Federais (CARF).

É preciso, portanto, investigar os desdobramentos de tais condutas no âmbito da operação Zelotes, inclusive em relação a compra de medidas provisórias no Congresso. Tendo em vista a gravidade das denúncias que recaem sobre o Sr. Nelson Mello, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente convocação.

Sala da Comissão, 04 de Julho de 2016

Deputado Ivan Valente
PSOL/SP